

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO GOVERNO BOLSONARO: ANÁLISE DO PLANO DE GOVERNO (2019-2022)

SPECIAL EDUCATION POLICIES IN THE BOLSONARO GOVERNMENT: ANALYSIS OF THE GOVERNMENT PLAN (2019-2022)

Samuel Vinente¹

¹<https://orcid.org/0000-0002-7205-9680>; Instituto Federal de São Paulo (IFSP); e-mail: samuel.vinente@ifsp.edu.br

Márcia Duarte Galvani²

²<https://orcid.org/0000-0003-1092-746X>; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); e-mail: marciaduarte@ufscar.br

RESUMO

Objetivo. Descrever e analisar aspectos da Política de Educação Especial, disponíveis no Plano de Governo (2019-2022), referente ao mandato do Presidente Jair Bolsonaro.

Método. Trata-se de um estudo descritivo e de abordagem qualitativa, ancorado na técnica da pesquisa documental. Utilizou-se um Protocolo de Análise Documental em Políticas de Educação Especial e os dados foram descritos e analisados com base no Método da Política Comparada.

Resultados. A análise da documentação reflete a necessidade de que as metas e os planos de governo apresentados pelos postulantes ao Poder Executivo Federal se configurem enquanto elemento necessário para a universalização do atendimento escolar aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Conclusões. As mudanças políticas desse período se materializaram em um contexto que relativizaram e negaram direitos básicos como a educação. Destaca-se nesse período a implementação de medidas de austeridade como ajuste fiscal e a Reforma da

ABSTRACT

Objective. Describe and analyze aspects of the Special Education Policy available in the Government Plan (2019-2022), referring to President Jair Bolsonaro's mandate.

Methods. This is a descriptive study with a qualitative approach, anchored in the technique of documentary research. A Document Analysis Protocol on Special Education Policies was used and the data were described and analyzed based on the Comparative Policy Method.

Results. The analysis of the documentation reflects the need for the government goals and plans presented by the applicants to the Federal Executive Branch to be configured as a necessary element for the universalization of school assistance to students targeted by Special Education.

Conclusion. The political changes of this period materialized in a context that relativized and denied basic rights such as education. During this period, the implementation of austerity measures such as fiscal adjustment and the Pension Reform stands out. The plan did not foresee actions or programs for Special Education.

Previdência. O plano não previa ações ou programas para a Educação Especial.

Implicações. Os resultados do estudo podem contribuir para registrar aspectos da história e política de Educação Especial no período; fornecer subsídios aos pesquisadores da área de Educação Especial para utilização de protocolos de pesquisa documental; e colaborar na tomada de decisões de gestores e agentes políticos.

Palavras-chave: Educação Especial; Política Educacional; Planos e Programas de Governo.

Implications. The results of the study can contribute to recording aspects of the history and policy of Special Education in the period; provide subsidies to researchers in the area of Special Education for the use of documentary research protocols; and collaborate in decision-making by managers and political agents.

Keywords. Special Education; Educational Policy; Government Plans and Programs.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho situa-se enquanto recorte de uma tese defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O trabalho original teve como objetivo geral analisar os programas e as ações governamentais em Educação Especial implementadas no Brasil, em Moçambique e Portugal 2008 e 2022.

Estruturado em dois estudos, opta-se por destacar os objetivos do Estudo 2, que foram: identificar os programas educacionais e as ações governamentais, implementadas para as pessoas com deficiência no Brasil; e analisar as ações do Ministério da Educação (MEC) para a implementação desses programas governamentais.

Considerando-se um trabalho que se debruçou a analisar diferentes gestões governamentais tornou-se necessário olhar para os planos de governo, de modo que fosse possível concretizar os objetivos da pesquisa. Esses planos resultam de importantes discussões na construção e participação da agenda política dos

postulantes ao pleito eleitoral. Como sintetiza Santos (2021), o período das eleições ao Poder Executivo é um momento que altera a normalidade da rotina da sociedade.

Segundo ele, na contemporaneidade, a lógica de funcionamento eleitoral ganhou uma dimensão ainda mais significativa, que se deve principalmente pela presença e uso extensivo das mídias sociais durante campanhas eleitorais. Esse uso ocorre tanto por meios mais clássicos de propaganda eleitoral, quanto por meios digitais modernos (Santos, 2021).

No âmbito da implementação das políticas de Educação Especial, sabe-se que os agentes optam por algumas políticas serem implementadas em detrimento de outras. Nesse contexto, os planos e programas de governo podem anteceder que concepções e valores de mundo, sociedade e Estado serão delineados nos planos e programas governamentais em relação às políticas de Educação Especial.

1.2. Justificativa

Os programas de governo podem ser visualizados como uma espécie de compromisso centrado em dois atores: partidos políticos e eleitores. Tem-se observado, tanto na área de Educação Especial, quanto na Ciência Política, um fértil campo ainda inexplorado, principalmente no que concerne a análise de programas de governo como fonte para aferição dos compromissos assumidos pelos futuros governantes durante as campanhas eleitorais no país (Diniz; Oliveira, 2020).

As pesquisas sobre programas de governo ainda são pouco difundidas no cenário brasileiro, apesar desses documentos serem importantes para a identificação do posicionamento e do comportamento de um partido político. Esses programas fornecem informações para que eleitores possam fazer suas escolhas, tendo como elemento avaliativo as promessas formuladas pelos postulantes ao

cargo, sobre uma possível “agenda de governo”. Também podem ser utilizados como uma ferramenta para identificar temas de políticas públicas prioritários pelas candidaturas (Diniz; Oliveira, 2020).

Precisa-se também considerar o período de ruptura institucional e política anterior ao pleito eleitoral de 2018, principalmente pelo impedimento legal da presidente Dilma Rousseff, após maioria de votos no Congresso Nacional. O *impeachment* ocorrido em 2016 foi uma ação coordenada de atores que levou à ruptura democrática, tendo destacado-se outros fatores como a politização do Judiciário e a aliança entre partidos e movimentos sociais conservadores (Santos; Szwako, 2016).

Dilma Rousseff prosseguiu com a política econômica do Governo Lula, enfrentando muitas dificuldades de ordem político-econômica. Ao longo da sua primeira gestão foram implementadas medidas de políticas que desagradaram vários grupos sociais, especialmente as elites brasileiras que passaram a elevar o tom das críticas ao governo (Aguiar, 2019).

O cenário governamental desse período, como bem pontua Dourado (2019), foi marcado por disputas significativas entre o Congresso e o Governo Federal, tendo sido agravado pela intensificação de políticas de ajuste fiscal conservadoras que caminharam ao lado oposto da ampliação e consolidação das políticas sociais, resultando, em muitos casos, na minimização dessas políticas. Embora seu Plano de Governo previsse o período de gestão até o ano de 2018, não foi possível que Dilma Rousseff concluísse o mandato.

Moritz e Rita (2020), ao realizarem uma análise acerca do papel da mídia impressa na cobertura jornalística do evento, destacaram a atuação do Parlamento, do Judiciário e da Mídia, partindo da centralidade do papel da mídia e sua atuação

no jogo político-democrático. O desempenho da mídia contribuiu para o desfecho, tendo alguns periódicos, inclusive, adotado uma postura favorável ao *impeachment*, apresentando traços de sexismo em suas coberturas jornalísticas.

Com o processo de impeachment, foi encerrado um ciclo de poder, constituído com políticas públicas permeáveis às demandas da sociedade civil. Dilma Roussef teve seu mandato cassado, tendo sido condenada por crime de responsabilidade (Aguiar, 2019).

Moura e Cruz (2022), argumentam que, após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, o campo educacional passou a ser palco de disputas de narrativas, de discursos eleitoreiros e de cortes de verbas. A onda conservadora e neoliberal, a partir do discurso de combate a corrupção e em defesa da família, conduziu um candidato da extrema-direita à Presidência do Brasil

A eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, segundo Santos (2021), delimitou a ascensão conservadora no Brasil, por meio de uma candidatura marcada por referências e retóricas nacionalistas, religiosas e militaristas. Em seu estudo, o autor analisou como o nacionalismo e o patriotismo foram operacionalizados na constituição da identidade política de Jair Bolsonaro, considerando suas estratégias de divulgação e alcances.

O trabalho indicou uma proeminência do nacionalismo como um relevante recurso de mobilização popular utilizado pela campanha eleitoral, evidenciando-se uma visão dicotômica da sociedade. Desse modo, seus apoiadores foram entendidos enquanto cidadãos patriotas, e seus adversários, enquanto inimigos da nação. O discurso nacionalista serviu de apoio a sua estratégia de despolitização antipartidária durante o pleito eleitoral (Santos, 2021).

Segundo Moura e Cruz (2022), tanto Jair Bolsonaro quanto Michel Temer, promoveram o redirecionamento de fundos públicos à iniciativa privada. Do ponto de vista de Aguiar (2019) efetivou-se, nesse período, uma orientação política no campo educacional, com influência dos organismos internacionais e das instituições privadas, alinhados às demandas do mercado.

Nesse contexto, é necessário investigar as implicações desse cenário político-econômico no contexto educacional e se o plano de Governo da Gestão Bolsonaro (2019-2022) apresentava metas ou estratégias para a implementação das políticas de Educação Especial no Brasil.

1.3. Objetivo do Estudo

O presente objetivou descrever e analisar aspectos da Política de Educação Especial disponíveis no Plano de Governo (2019-2022), referente ao mandato do Presidente Jair Bolsonaro.

1.4. Pergunta de pesquisa

O problema de pesquisa indica uma falta de conhecimento ou uma lacuna em determinado tópico (Nunes, 2020). Ao analisar a literatura observam-se trabalhos que realizaram análises respectivas ao Plano de Governo ou mesmo às políticas adotadas pela Gestão Bolsonaro (Aguiar, 2019; Santos, 2021; Moura; Cruz, 2022; Vinente, 2022).

Ainda é possível identificar pouca expressividade na produção do conhecimento em análise de programas e ações governamentais na área de Educação Especial, principalmente considerando os planos e programas de governo.

Nesse contexto, tem-se a seguinte questão central: quais as implicações do Plano de Governo da Gestão Bolsonaro (2019-2022) para as políticas de Educação Especial?

O Brasil, embora desde 2014 tenha tido seu Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado e publicado por intermédio da Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), não obteve muitos avanços para a implementação das metas e estratégias contidas nesse documento, principalmente no contexto da Educação Especial (Vinente, 2022).

A meta 4, prevista no PNE, teve como objetivo a universalização para a população dos quatro aos dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao AEE (Brasil, 2014).

Cabe destacar ainda que, uma versão da “Política Nacional de Educação Especial (PNEE): equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida” passou por consulta pública em 2018. Mais tarde, versão similar foi publicada por intermédio do Decreto nº 10.502/2020, que instituiu essa política como ação governamental da Gestão Bolsonaro (Brasil, 2020), posteriormente suspensa por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), acatada pelo Supremo Tribunal Federal (STF)¹.

Pesquisas sobre políticas de Educação Especial e planos de governo são relevantes para auxiliar gestores na tomada de decisões políticas. Podem também evidenciar os seguintes questionamentos: 1) Qual terminologia referente ao público-alvo é adotada nas políticas de Educação Especial no plano de governo?; 2) Qual o público-alvo atendido pelos programas e ações previstas no plano de

1 Após o retorno do Partido dos Trabalhadores ao poder, em janeiro de 2023, o Decreto nº 10.502/2020 foi revogado pelo Decreto nº 11.370/2023 (Brasil, 2023).

governo? 3) Tais programas e ações atendem aos documentos publicados pelos organismos multilaterais, sob a ótica neoliberal?

A realização de pesquisas que analisem programas e ações governamentais já implementados pode auxiliar gestores na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. Vinente (2022) tem ressaltado que o fato de gestões das respectivas pastas administrativas da área de educação possuírem representantes de partidos políticos mais progressistas ou conservadores, tem provocado diferentes articulações políticas e posicionamentos ideológicos, influenciando na definição e consolidação das políticas de Educação Especial.

Desse modo, o estudo reveste-se de relevância social e acadêmica na medida que é recorrendo ao passado que se constroem pontes para avançar em perspectivas futuras. Ao realizar-se um balanço das gestões governamentais implementadas nos últimos anos, o pesquisador também pode desenvolver e aguçar suas habilidades de descrição e análise, bem como propor uma inovação na análise dessas políticas.

2. MÉTODO

2.1. Delineamento

Como propostas metodológicas do estudo foram utilizados o delineamento descritivo e a abordagem qualitativa, bem como a técnica de pesquisa documental. As pesquisas que utilizam delineamento descritivo têm por objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, indo além da identificação das relações entre as variáveis, pretendendo determinar também a natureza dessa relação (Gil, 2002). Já os estudos com abordagem qualitativa englobam um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, de técnicas e de

análises (André, 2001). Sua utilização contribui para o avanço do saber na dinâmica do processo educacional e na sua estrutura como um todo.

Em relação à pesquisa documental, vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Apresenta vantagens por ser uma fonte estável de dados. Além de não possuir altos custos, não exigindo contato com os participantes da pesquisa, o que possibilita um panorama aprofundado das fontes (Gil, 2008).

2.2. Fontes de Informação

Quanto às fontes de informações ou documentos, utilizadas no âmbito da pesquisa documental, abrangem manuscritos e publicações impressas. Essas fontes podem ser divididas em três categorias: documentos primários, documentos secundários e documentos terciários (Cunha, 2001).

As fontes primárias podem considerar: congressos e conferências; legislação; nomes e marcas comerciais; normas técnicas; patentes; periódicos; projetos e pesquisas em andamento; relatórios técnicos; teses e dissertações; traduções. As fontes secundárias são: bases de dados e banco de dados; bibliografias e índices; biografias; catálogos de bibliotecas; centros de pesquisa e laboratórios; dicionários bilíngues e multilíngues; feiras e exposições; filmes e vídeos; fontes históricas; livros; manuais; internet; museus; herbários; arquivos e coleções científicas; prêmios e honrarias; Redação técnica e metodologia científica; Siglas e abreviaturas; Tabelas, unidades, medidas e estatística. As fontes terciárias são as bibliografias de bibliografias, as bibliotecas e os centros de informação.

Considerando-se então, o amplo leque de fontes de informações descritas por Cunha (2001), optou-se pela utilização de fontes primárias (legislação) e

secundárias (manuais e arquivos – aqui definidos enquanto planos de governo) durante o procedimento de coleta dos dados.

2.3. Instrumentos

Foi utilizado como instrumento o “Protocolo de Análise Documental em Políticas de Educação Especial”, que contém diversos itens de análise que se referem aos aspectos normativos. Foi adaptado de Vinente (2017) e de Vinente e Costa (2015), com seções referentes à caracterização dos documentos (natureza, data de publicação, ideias principais). É composto de três partes: uma destinada a compilação de documentos nacionais e internacionais (marco normativo, ementa do documento, ano de publicação, definição legal do público-alvo da Educação Especial etc.); a segunda, que coleta informações sobre os serviços especializados, papel dos órgãos e dos entes federados, e informações sobre o currículo. Possibilitou a compreensão global das informações contidas nos documentos analisados.

A terceira e última parte do instrumento apresenta os dados gerais do programa ou ação governamental. Possui informações sobre a gestão governamental; o partido político do representante do Poder Executivo; o espectro político; a normativa do programa ou ação; a definição do público-alvo atendido; os objetivos do programa; as finalidades; as diretrizes e os responsáveis pela execução, avaliação e monitoramento dos programas ou ações (Vinente, 2022).

2.4. Procedimento de coleta de dados

Por meio de uma pesquisa documental, foram consultados os planos e programas de governo disponibilizados no sítio eletrônico do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE)² publicados no ano de 2022. A partir da identificação do Plano de Governo da Gestão Bolsonaro (2019-2022), passou-se a analisá-lo, a partir dos seguintes descritores combinados ou isolados: Educação Especial; educação inclusiva; inclusão; deficiência; deficiente; autismo; superdotação; talento; incapacidade e transtorno do espectro autista.

Buscou-se no material analisado ações governamentais ou programas voltados para o público-alvo da Educação Especial (PAEE). Após esse processo de identificação, descrição das metas, ações e programas, os dados foram sistematizados e agrupados. Por meio do instrumento foram extraídos os dados que respondiam ao objetivo do estudo, de modo a delimitar os diferentes programas e ações governamentais implementados no Brasil entre 2019 e 2022.

2.4. Procedimento de análise de dados

Foi utilizado o método da Política Comparada, que pode ser entendida, em termos analíticos, como uma combinação de substância (o estudo de sistemas políticos, atores e processos) e método. Possibilita identificar e explicar diferenças e semelhanças entre casos por meio do teste de hipóteses, conceitos e variáveis aplicáveis em mais de um contexto (Caramani, 2020).

Essas perspectivas de análise lidam com importantes questões e buscam responder às seguintes problematizações: Quem toma as decisões políticas? Como eles adquiriram o poder de fazê-los? De onde vem a autoridade para tomar tais decisões? Que decisões foram tomadas, por que e como elas afetam a vida das sociedades?

² Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: jun. 2023.

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 6, p. 1-22, 2025.
<https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v6i1.8406>

A Política Comparada é um dos três principais subcampos da Ciência Política (ao lado da Teoria Política e das Relações Internacionais) com foco em estruturas, atores e processos políticos internos. Não ignora as influências externas nas estruturas internas, mas sua preocupação é com as configurações de poder dentro dos sistemas. Lida com a própria essência da política onde reside a soberania, ou seja, questões de poder entre grupos, a organização institucional de sistemas políticos e decisões autoritárias que afetam toda uma comunidade (Caramani, 2020).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Governo Federal³ tem trabalhado com o conceito de “programa” enquanto instrumento utilizado para promover a integração entre os entes e setores, a fim de concretizar políticas públicas e otimizar os recursos (financeiros, humanos, logísticos ou materiais). Já as ações governamentais são definidas enquanto um conjunto de operações, cujos produtos contribuem para os objetivos do programa.

A própria Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEP-EI) traz como parte de seu objetivo, a necessidade de articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008), sendo ratificada posteriormente após publicação do Decreto nº 7.611/2011, ao assegurar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve atender às necessidades específicas dos estudantes PAEE e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (Brasil, 2011).

³ Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas>>. Acesso em: jun. 2024.

O Programa de Governo apresentado pelo então candidato Jair Bolsonaro, em 2018, foi denominado “O caminho da prosperidade”. Na capa, constavam tanto um versículo bíblico — “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” — quanto o slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

No que diz respeito à Educação Especial, o programa não apresentava qualquer referência direta a essa área, nem tampouco às pessoas com deficiência ou a políticas específicas para essa população. A palavra “inclusão” era utilizada apenas em alusão à inclusão social e à inserção de profissionais de educação física no Programa de Saúde da Família.

O documento, composto por 81 páginas, abordava diversos temas como: liberdade e fraternidade; direitos e deveres; liberdade de imprensa; redução de ministérios; diretrizes para segurança pública e combate à corrupção; defesa nacional; áreas de saúde e educação; além de tópicos relacionados à economia, infraestrutura, energia e transportes (Partido Social Liberal, 2018).

No que se refere às áreas de saúde e educação, o documento destacava a necessidade de promover eficiência, gestão qualificada e respeito à vida humana. Comprometia-se, ainda, a impulsionar melhorias na saúde e a promover um salto de qualidade na educação, com foco na educação infantil, básica e técnica, enfatizando a necessidade de um ensino “sem doutrinação”.

Durante a campanha eleitoral e ao longo do governo, diversas críticas foram dirigidas à política de financiamento do Ensino Superior. Em comparação com outros programas de governo — de vertente mais progressista ou mesmo conservadora —, o plano de Bolsonaro colocava saúde, educação e segurança como prioridades, mas carecia de propostas detalhadas e consistentes para esses setores.

O documento também advogava pela participação das Forças Armadas na prestação de serviços de saúde e educação, sobretudo em regiões remotas. Entre as propostas apresentadas, destacava-se a meta de, em até dois anos, cada capital brasileira implementar pelo menos uma escola⁴ de perfil militarizado. Sabe-se que o ideário bolsonarista tem como ponto central as questões educacionais, pois, como disposto no Programa de Governo,

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas (Partido Social Liberal, 2018, p. 46).

É importante destacar que, ao longo da gestão em questão, diversos ataques foram dirigidos aos movimentos sociais e políticos que defendiam o ideário freiriano. Um dos episódios mais emblemáticos desses ataques partiu de um dos ministros do Ministério da Educação (MEC) no ano de 2019.

Durante esse período, consolidaram-se também, de maneira mais incisiva, as reformas do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ainda que o Plano de Governo não apresentasse diretrizes claras ou estratégias robustas para a educação em geral, tampouco para a Educação Especial, o documento trazia alguns indicadores educacionais manipulados, distantes da concepção de uma educação cidadã e crítica, orientada à formação para o mundo do trabalho e para a intervenção política e social — aspectos fundamentais para o desenvolvimento nacional. Este

⁴ A respeito desse processo de militarização da educação pública, Bartolozzi e Ellen (2020) argumentam que tal política deve ser analisada à luz da interação entre a ideologia da segurança nacional e o neoliberalismo. De acordo com as autoras, essa estratégia educacional busca moldar indivíduos dóceis e voltados para o empreendedorismo, adequando-os a um sistema político-econômico cada vez mais marcado por tendências de barbárie.

cenário resultou em avanços bastante limitados no campo das políticas educacionais, acentuando ainda mais uma lógica educacional dualista e excludente. (Vinente, 2022).

No contexto político foi possível observar alterações na composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), pela publicação do Decreto nº 10.177/2019; a publicação da “Política Nacional de Educação Especial (PNEE): Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por intermédio do Decreto nº 10.502/2020; a implementação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), instituída pela Lei nº 13.977/2020; a Educação bilíngue de surdos foi inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), como uma modalidade de educação escolar, por meio da Lei nº 14.191/2021; a Lei nº 14.126/2021, que classificou a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual; a Lei nº 14.254/2021, que alterou a LDBEN para dispor sobre o acompanhamento integral para estudantes com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem; a Lei nº 14.306/2022, que instituiu o Dia Nacional da síndrome de Down; a Lei nº 14.333/2022 que alterou a LDBEN para assegurar mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas; entre outros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente objetivou descrever e analisar aspectos da Política de Educação Especial disponíveis no Plano de Governo (2019-2022), referente ao mandato do Presidente Jair Bolsonaro. Importante destacar a ausência de ações ou programas

para a Educação Especial no plano de governo de 2019-2022 e a implementação de medidas de austeridade, como a implementação do Teto de Gastos e a Reforma da Previdência.

A análise da documentação reflete a necessidade de que as metas e os planos de governo apresentados pelos postulantes ao Poder Executivo Federal se configurem enquanto elemento necessário para a universalização do atendimento escolar aos estudantes com deficiência e demais públicos que integram o público-alvo da Educação Especial.

Entre as lacunas que podem ser exploradas em pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de estudos que investiguem as políticas de Educação Especial desenvolvidas nos diferentes governos brasileiros, a partir da Abordagem do Ciclo de Políticas, das Teorias Críticas, do Materialismo Histórico-Dialético, entre outras perspectivas teórico-metodológicas. A interlocução entre a Ciência Política e a Educação Especial pode propiciar análises que revelem aproximações e distanciamentos entre os espectros políticos que ocuparam o poder no Brasil entre 2008 e 2022, e as políticas de Educação Especial por eles implementadas.

Cabe ressaltar, ainda, que, embora o governo brasileiro no período de 2019-2022 não tenha apresentado, em seu Plano de Governo, metas ou estratégias específicas para a Educação ou para a Educação Especial, foram implementadas diversas medidas de austeridade, como o ajuste fiscal e a Reforma da Previdência, sendo também consolidadas políticas educacionais de cunho neoliberal, algumas iniciadas ainda durante a gestão de 2016-2018 e aprofundadas na Gestão Bolsonaro.

Nesse sentido, podem ser destacados aqui os programas desenvolvidos pela Gestão Bolsonaro (2019-2022), tais como: Programas Projeto Desafio da Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Programas Novos Caminhos; Programa Novo Mais

Educação; Programa Novo Ensino Médio; Programa de Inovação Educação Conectada; Diploma Digital; Programa de Apoio à Implementação da BNCC; PECIM, entre outros (Vinente, 2022).

É relevante salientar que os estudantes PAEE, inseridos na estrutura da Educação Básica do Brasil, apresentam demandas que têm sido retratadas nas diversas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nos mais diferentes programas de pós-graduação brasileiros, e embora seja importante a participação da família no processo de seleção do serviço que será ofertado ao estudante, é importante que sejam assegurados os direitos de escolarização junto ao ensino regular.

Com o avanço das propostas de *homeschooling* no Congresso Nacional torna-se cada vez mais necessária a defesa do direito à educação. Temos observado avançar, em caráter de urgência, matérias que visam descriminalizar o ensino domiciliar, que atualmente é obrigatório dos 4 aos 17 anos (Brasil, 1988, 2009). Essas propostas, com amplo apoio de base de coalização de partidos conservadores, poderão trazer danos irreparáveis, como temos visto com a aprovação do teto de gastos, da reforma trabalhista e da reforma da previdência.

O cenário do desmonte das políticas sociais, sob o argumento da liberdade de escolha, foi estarrecedor no Brasil, ganhando espaço com a gestão de governos antidemocráticos e neoliberais. À medida que as políticas de acesso à Educação Básica vêm sendo desmontadas, a possibilidade de graves danos no processo de escolarização desses estudantes torna-se algo preponderante para que a ampla produção científica da área seja acoplada aos discursos que emergem das orientações legais.

Nesse contexto, a realização de estudos que analisem planos de governo já implementados pode auxiliar aos gestores na formulação e no monitoramento de

políticas públicas. Como limitação do estudo destaca-se a necessidade de, para além da descrição e análise do plano de governo, sejam elencados alguns programas ou ações governamentais para análise, a partir de dados censitários ou demais mecanismos que permitam aferir as políticas de Educação Especial implementadas no período.

Faz-se necessária a realização de estudos que analisem as ações e programas voltados à Educação Especial, desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), promovendo comparações com países que obtiveram desempenhos semelhantes em avaliações externas. Outro aspecto relevante refere-se às distintas conjunturas políticas que se desenharam nos últimos anos. Observa-se que, nas gestões das pastas administrativas da educação, coexistem representantes de partidos com orientações mais progressistas, assim como outros alinhados a perspectivas mais conservadoras.

As projeções futuras para as políticas de Educação Especial evidenciam inúmeros desafios. A implementação de políticas sociais exige não apenas planejamento, mas também orçamento adequado e definição de prioridades governamentais. Considerando que gestões anteriores do Partido dos Trabalhadores (PT) — legenda que retornou ao poder em 2022 — priorizaram políticas intersetoriais nas áreas de saúde, assistência social e educação, há expectativas para a ampliação e o fortalecimento de programas governamentais, bem como para o crescimento dos Conselhos representativos e das ações exitosas desenvolvidas em gestões anteriores.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, Campinas, v. 40, e0225329, p. 1-24, 2019.

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 51-64, 2001.

BARRETO, L. A Institucionalização das relações civis-militares no Brasil (1988-2014): o papel das prerrogativas presidenciais. 2021. 156f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

BARTOLOZZI, E.; ELLEN, S. Atual política neoliberal de militarização da escola pública no Brasil. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 302-320, 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019: Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020: Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 1 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023: Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009: Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao

§ 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: jan. 2023.

CARAMANI, D. *Comparative Politics*. 5 ed. Oxford: Oxford University Press. 2020.

CUNHA, M. B. *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.

DINIZ, S.; OLIVEIRA, L. Programas de Governo e promessas de campanha. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 28, n. 76. p. 1-20. 2020.

DOURADO, L. F. Estado, Educação e Democracia no Brasil: retrocessos e resistências. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, Campinas, v.40, e0224639, p. 1-24, 2019.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KERSTENETZKY, C. L.; KERSTENETZKY, J. *O Estado (de Bem-estar social) como ator do desenvolvimento: uma história das ideias*. *Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, p. 1-35, jun. 2015. Disponível em: <<https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/04/TD-105-KERSTENETZKY-C.-KERSTENETZKY-J.-2015.-O-Estado-de-Bem-estar-Social-como-ator-do-desenvolvimento.-Uma-historia-das-ideias.pdf>>. Acesso em: jan. 2024.

MORITZ, M. L.; RITA, M. B. Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. *INTERCOM: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 203-223, mai./ago., 2020.

MOURA, A. C.; CRUZ, A. G. As políticas educacionais e o agravamento da desigualdade social: considerações acerca do Governo Bolsonaro. *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 1-19, 2022.

NUNES, L. R. O. P. Problemas de pesquisa em Educação Especial. In: NUNES, L. R. O. P. *Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial* (Org.). Marília: ABPEE, 2020. p. 11-26.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL. *O caminho da prosperidade: proposta de Plano de Governo: Jair Messias Bolsonaro 2018*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

SANTOS, F; SZWAKO, J. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 40. p. 114-121. 2016.

SANTOS, M. R. *“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”*: uma análise dos usos do nacionalismo e patriotismo na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. 2021. 134f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SILVA, W. T.; SUGAMOSTO, A.; ARAÚJO, U. I. O Marxismo Cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. *Revista Cultura & Religião*, Iquique, v. 15, n. 1, jan./jul., p. 180-222, 2021.

VINENTE, S. *Política de educação especial no Brasil, Moçambique e Portugal: ações governamentais entre 2008 e 2022*. 2022. 365f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

VINENTE, S. *Política e organização pedagógica do serviço de atendimento educacional especializado em Manaus*. 2017, 176f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

VINENTE, S.; COSTA, M. P. R. *Protocolo de Análise Documental: legislação educacional dos países lusófonos*. Instrumento de Pesquisa. São Carlos: UFSCar, 2015.

SOBRE OS AUTORES:

Autor 1. Samuel Vinente, Instituto Federal de São Paulo. Licenciado em Pedagogia (2015) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Mestre (2017) e Doutor (2022) em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Líder do Laboratório de Políticas e Gestão da Educação Especial (LPGEEs) do IFSP. <https://orcid.org/0000-0002-7205-9680>; e-mail: samuel.vinente@ifsp.edu.br

Autora 2. Márcia Duarte Galvani, Universidade Federal de São Carlos. Graduada em Educação Especial, com habilitação em Deficiência Mental (1999), pela Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM). Especialista em Educação Especial pela mesma Universidade (1999). Mestre (2003) e Doutora (2008) em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara-SP (UNESP). Atualmente, é professora Associada 3 do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência (GEPEPD-UFSCar). <https://orcid.org/0000-0003-1092-746X>; e-mail: marciaduarte@ufscar.br

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

VINENTE, S. .; GALVANI, M. D. Políticas de Educação Especial no Governo Bolsonaro: análise do Plano de Governo (2019-2022). **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v6i1.8406.

Submetido em: _18_/_11_/_24__

Revisões requeridas em: _28_/_04_/_25__

Aprovado em: _26_/_08_/_25__